

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ZÂMBIA OSÓRIO DOS SANTOS

UM OLHAR SOBRE INFÂNCIA DE GRACILIANO RAMOS: REFLEXÕES

FLORIANÓPOLIS

2014

ZÂMBIA OSÓRIO DOS SANTOS

UM OLHAR SOBRE INFÂNCIA DE GRACILIANO RAMOS: REFLEXÕES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção dos títulos de Bacharel e Licenciado em História. Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte.

FLORIANÓPOLIS
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas, na sala dez do Departamento de História, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **Adriano Luiz Duarte**, Orientador e Presidente, Professora **Eleonora Frenkel Barretto**, Titular da Banca, e o Professor **Luiz Alberto Souza**, Suplente, designados pela Portaria nº12 /TCC/HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Zâmbia Osório dos Santos**, subordinado ao título: “**Um olhar sobre Infância de Graciliano Ramos: reflexões**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi argüida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido do Professor **Adriano Luiz Duarte**, a nota final 8,0, da Professora **Eleonora Frenkel Barretto**, a nota final 8,0, e do Professor **Luiz Alberto Souza**, a nota final 8,0; sendo aprovada com a nota final 8,0. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia 25 de julho de 2014. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Candidata.

Florianópolis, 15 de julho de 2014.

Banca Examinadora:

Prof **Adriano Luiz Duarte**..... Adriano Duarte

Prof.a **Eleonora Frenkel Barretto**..... Frenkel

Prof **Luiz Alberto Souza**..... Luiz Alberto Souza

Candidata : **Zâmbia Osório dos Santos**..... Zâmbia O dos Santos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Zambira Osório dos Santos, matrícula n.º 10101799, entregou a versão final de seu TCC cujo título é Um Olhar sobre Espelhos de G. Ramos: Reflexões com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 22 de Julho de 2014.

Assinatura manuscrita do orientador(a) sobre uma linha horizontal.
Orientador(a)

*Dedico este trabalho a todas as pessoas, queridas ou não, que de alguma forma contribuíram
para o que sou hoje e para quem pretendo ser amanhã.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria da Consolação Pereira Osório e Valter Bispo dos Santos, pela criação diferenciada que me proporcionaram, entre militância, debates dos mais plurais e a utopia compartilhada na possibilidade de construção de outra sociedade. Agradeço também pelo apoio, mesmo que muitas vezes contrariados, a minha decisão de sair de casa para não mais voltar.

Aos muitos companheiros de apartamento que, ao longo desses quatro anos, proporcionaram momentos de insanidade extremamente necessários para seguir adiante no ambiente acadêmico, Raisa W. Sagredo, André Moura Ferro, Stefan Fritsche, Azânia Osório dos Santos, Mayara Cristina Sberse, meus agradecimentos e admiração.

Ao companheiro e camarada Felipe Michel Veiga pela ajuda desinteressada em toda a minha graduação, discutindo temas que não lhe cabiam, revisando textos, ouvindo críticas, desejos e frustrações do ambiente universitário, nas madrugadas de estudo, nos finais de semana de fichamentos e nos momentos difíceis em que cheguei a crer que as condições materiais não mais me permitiriam concluir a graduação, meus sinceros agradecimentos e adoração.

Aos meus camaradas de organização, a Esquerda Marxista, seção brasileira da Corrente Marxista Internacional, agradeço pelas muitas experiências e aprendizagens compartilhadas, permitindo meu amadurecimento político e individual, mas também, para além dos momentos de debate e militância, pelos muitos espaços de confraternização e construção de queridas amizades. E a lição de que “é na prática que o homem deve comprovar a verdade, isto é, a realidade efetiva e a força, o caráter terrestre de seu pensamento”.

A todos os professores que estimularam minhas diferentes ideias e projetos de pesquisa ao longo da faculdade, a escolha por cada um desses temas foi muito feliz e me entristece não poder dar continuidade a todas as pesquisas nas quais me envolvi nesses quatro anos.

A todos os amigos e conhecidos que, tomando conhecimento do meu tema de estudo, enviaram-me artigos e reportagens sobre Graciliano Ramos e o livro *Infância* na busca de contribuir com o meu trabalho.

Ao meu orientador, Adriano Luiz Duarte, por ter aceitado essa orientação, pelo convite para participar do Núcleo de História, Literatura e Sociedade onde pude amadurecer muitas das ideias apresentadas neste trabalho e pelo empenho em me convencer a não permitir que minha trajetória acadêmica findasse na graduação.

RESUMO

Em 1945, Graciliano Ramos, já consagrado escritor brasileiro, publicou *Infância*, um livro de memórias onde as fronteiras entre o ficcional e o autobiográfico se misturam na narrativa, desde a primeira lembrança infantil até os 11 anos da personagem central. O livro é muitas vezes entendido como relato denúncia da forma como se dava a educação brasileira, e o presente trabalho buscou analisá-lo sobre outra ótica, além de perceber as relações entre a sociedade e a literatura que se materializam na escrita do texto. Entendendo a literatura como o diálogo com a sociedade que a produz, a pesquisa voltou-se para os debates sobre a educação que acontecia nos anos de produção do livro e o lugar de *Infância* na literatura brasileira, como pertencente da corrente literária denominada “Romance de 30”, fundada sobre uma nova percepção da realidade. O Brasil, que nos anos de 1920 foi palco de utopias modernistas e modernizantes, figura, após a crise da bolsa nos Estados Unidos da América, um cenário de países que afundaram na recessão e no desemprego, presencia as sombras do fascismo e nazismo, o sentimento de catástrofe dado como algo iminente, e as ameaças latentes da guerra e da revolução. Uma onda de pessimismo e desespero tomou conta do mundo, tornando geral o sentimento de descrença no sistema liberal democrático que, até então, servia como modelo. E, no Brasil, ocorre uma bifurcação na sociedade: uma reação à extrema direita, materializada no fascismo, nazismo e integralismo, ou à esquerda na forma do comunismo ou bolchevismo. Diluídas as utopias modernistas, os intelectuais brasileiros precisam construir um novo horizonte, com base em novos ideais, em que dois caminhos se apresentam, e a escolha por um deles significa total afastamento do outro, assim, os intelectuais dos anos 30 estavam totalmente conectados a essa realidade política. A narrativa memorialista de *Infância* não nos remete somente ao fato lembrado e narrado, mas cria a possibilidade de deslocamento no tempo e no espaço, interconectando palavras e representações, correlacionando sentidos, abrindo perspectiva de acesso ao estudo do passado, bem como à ressignificação do lembrado que, encerrado na esfera do vivido, o acontecimento lembrado não tem limites, apresenta-se como uma chave para significar o antes e o depois. É assim que interpretamos as explicações dadas pela personagem-narrador, o cotidiano vivenciado é o de sua família, mas ali se materializam os elementos e contradições de toda uma sociedade brasileira que olha para si e tenta transformar a sua realidade.

Palavras-chave: *Infância*. Graciliano Ramos. Romance de 30. História. Literatura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 <i>INFÂNCIA</i>: ANÁLISE	12
1.1 O LUGAR DE <i>INFÂNCIA</i> NA LITERATURA	27
2 A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA	34
2.1 ENTRE SEVCENKO E CHALHOUB: A PROFANAÇÃO TOTAL DA LITERATURA	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA EXPERIÊNCIA UTÓPICA NO ROMANCE DE	30
_____	41
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.”¹

Walter Benjamin

Conhecer o passado foi, durante muito tempo, a missão do historiador, para que não se cometesse os mesmos erros, para educar, tratava-se de um historicismo com pretensões de escrever uma História Universal. Para isso, o pesquisador deveria se despir de todos os conhecimentos e pressupostos de seu tempo para conceber, de forma empática, a realidade dos fatos ocorridos. Diante da dificuldade deste exercício, o uso de testemunhos, fragmentos intactos de um passado que chega até o tempo presente, tornou-se legitimador da narrativa histórica.²

Os testemunhos foram, então, valorados entre os mais verossímeis, mais fiéis, e os passíveis de impressões alheias, documentos oficiais, planilhas, diários, mapas, fotografias, estiveram entre as fontes mais “confiáveis”, assim a história que se construía possuía um sentido de progresso, progresso em si da humanidade. O cientificismo, a busca por criar um método científico de produção do conhecimento histórico, trouxe novos elementos. No séc. XX, já se questionava a ideia de julgar o passado e deste trazer instrução para o presente, visando que, com isso, as gerações futuras fossem beneficiadas. Com o historicismo de Leopold Von Ranke, fundaram-se as bases da crítica documental, mesmo que ainda com o objetivo de encontrar a “verdade” contida nas fontes históricas. Charles Langlois e Charles Seignobos, historiadores franceses da virada do século XIX para o XX, escrevem, no seu livro sobre metodologia da história, que a história se faz com documentos, enfatizando assim o caráter fundamental dos documentos na produção do conhecimento histórico, e afirmam: “sem documentos não há história”.³ Essa passagem se mantém atual, contudo a produção historiográfica agora tem outros modos, com novas perspectivas e, conseqüentemente, com a ampliação da noção de documentos e fontes históricas. A incorporação de novos materiais,

¹ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In.: _____. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 10. ed.. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 222-232.

² Observação presente na maioria dos estudos realizados por historiadores dos séculos XIX e XX: Fustel de Coulanges, Saraman, Langlois/Seignobos, Lefebvre e outros. A ideia foi sintetizada por Coulanges: “pas de documents, pas d’Histoire” (“sem documentos, sem História”).

³ CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma Introdução à História**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 46-47.

novas fontes, exigiu da historiografia um movimento de refinamento dos procedimentos metodológicos para a sua análise.

Dentre as fontes já utilizadas, que passaram a ser consideradas com outro olhar, com novas perguntas e considerações, no que tange a crítica documental, estava a literatura que recebeu diferentes olhares, entendida ora como retrato da realidade, ora como produção meramente abstrata e imaginativa. Nesta pesquisa, contudo, ela será compreendida como um catalisador, materializando as contradições da sociedade em que é produzida. Parte integrante de um sistema que compreende as condições de produção, a própria obra e a sua disseminação.

No processo de construção da História, Paul Veyne⁴ apresenta a noção de trama, trama essa que se constitui a partir do pressuposto de que os fatos não existem isoladamente. Ao historiador, no exercício do seu ofício, caberia fazer relações, seleções, montar as séries dos documentos, a partir de critérios específicos. A trama é o tecido que constitui a forma da narrativa histórica. Assim, o historiador, em suas escolhas, realiza os cortes, os encaixes e costura a sua trama. Contudo a noção de construção histórica e de discurso, não anula sua relação com a realidade, há uma relação intrínseca com o acontecido que se funda no trabalho com as fontes históricas, e isso a distingue da narrativa literária.

A história e a literatura têm muito em comum, dentre tantos aspectos o seu objeto final, a produção de uma narrativa. Ambas recontam, narram, falam sobre fatos, acontecimentos, sobre a realidade. Ambas têm personagens, tramas e enredo na sua composição. Algumas vezes, misturam-se, confundem-se, têm fronteiras muito próximas, muitas vezes invadidas, daí o meu gosto pela literatura e também pela história, de forma quase simultânea, sem saber ao certo quem deu origem a quem ao longo dos anos.

Esse gosto motivou o interesse em aliá-lo a outro tema de muito apreço, o da educação, e por meio de um levantamento de obras literárias relacionadas à educação, tomei conhecimento de *Infância*, escrito por Graciliano Ramos entre 1938 e 1944, constituída inicialmente na forma de contos avulsos, publicados em diferentes jornais, atendendo à necessidade de cobrir as despesas de casa da família Ramos. Escrita memorialística fundida em ficção, quando publicada em 1945, recebeu inúmeras resenhas críticas, elogios à narrativa desnuda e confessional. A personagem tem sua história narrada desde sua primeira memória até os onze anos, em 39 capítulos em que a vivência familiar, o conhecimento da sociedade, o processo de alfabetização e o encontro com a literatura se apresentam.

⁴ VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. Ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

A trajetória de alfabetização da personagem foi a motivação inicial da pesquisa e, ao longo da leitura da fonte, a problemática que se formulou foi a seguinte: quais percepções a obra *Infância* traz ao se colocar como uma reflexão acerca da infância e da educação? Entre os objetivos buscados, ao responder essa questão, estão: aplicar o uso da literatura, enquanto produção cultural, como fonte histórica; contribuir para o amplo debate acerca da produção literária de Graciliano Ramos; analisar a interação de *Infância* com o romance de 30; identificar a percepção da infância e do processo de educação contido em *Infância* e compreender como se dá o processo dialógico entre literatura e a sociedade, quando da obra escolhida.

As memórias de Graciliano Ramos convertem-se em material ficcional e tecem a narrativa do narrador-personagem, a rememoração realizada não é um procedimento conservador no sentido de uma preservação do passado, uma vez que não existe um “passado em si”, mas um passado visto com os olhos do presente. E, assim como Graciliano Ramos faz com suas memórias, a ciência histórica trata de articular o passado e o presente, o que significa dizer que o historiador é marcado pela tarefa de ligar, de encadear passado e presente.⁵

Para compreender o objetivo do trabalho, é necessário analisar a obra *Infância* e sua relação com o romance de 30, o que é feito no primeiro capítulo, para, então, no segundo capítulo, realizar um debate teórico sobre o papel que ocupa a literatura como fonte histórica e a forma como pode vir a ser analisada, por fim, o capítulo final que apresenta as considerações finais sobre a pesquisa realizada.

⁵ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In.: _____. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 10. ed. SP: Brasiliense, 1996.p. 222-232.

1. *INFÂNCIA*: ANÁLISE

Quebrângulo é desses vilarejos pequenos que não se põe no mapa, no interior do Alagoas do final do século XIX, terra que fora dominada pela cana de açúcar, já em decadência. Ali nasceu Graciliano Ramos de Oliveira, no ano de 1892, em meio a disputas políticas da passagem de poder de mando dos senhores dos canaviais e os coronéis de algodão e da pecuária. A família de seu pai, Sebastião Ramos de Oliveira, fora dona de engenho, agora arruinado, Sebastião trabalhava, então, em sua modesta loja de tecidos e, entre panos, vendia outras tantas coisas. Sua mãe, Maria Amália Ferro, era filha de fazendeiros, donos de cabeças de gado.

Em Quebrângulo, está localizada a primeira memória reconhecível de Graciliano Ramos, memória resgatada na abertura do livro *Infância*:

A primeira coisa que guardei na memória foi um vaso de louça vidrada, cheio de pitombas, escondido atrás da porta. Ignoro onde o vi, quando o vi, e se uma parte do caso remoto não desaguasse noutra posterior, julgá-lo-ia sonho.⁶

Mas a vida ali não fincou raízes, em 1895, a família Ramos, sob o comando do patriarca, muda-se para Buíque, no estado de Pernambuco, em busca de uma vida farta que seria possível pela criação de gado, a Fazenda Pintadinho tornou-se a nova morada de Graciliano Ramos, mas a fartura nunca veio:

A seca em Buíque se prolongou, para desespero de Sebastião Ramos. O Açude secou, os bois minguaram no pasto, as plantas murcharam e enegreceram, faltou água em casa.⁷

A vida trabalhando a terra e criando gado não se mostrou fácil e, depois de perder cabeças de gado, passar fome e sede, mais uma vez, a família Ramos partiu agora rumo a Viçosa, retornando ao estado de Alagoas, onde se estabeleceram com uma pequena venda. Foi no balcão desta modesta venda que Graciliano Ramos demonstrou seus primeiros sinais de interesse na leitura, tentando, aos cinco anos de idade, dar sentido às letras contidas no caderno de contabilidades ali deixado. Com o passar dos anos, neste mesmo balcão, teve o primeiro contato com outras línguas como o Francês e o Italiano, por meio de “dicionários

⁶ RAMOS, Graciliano. *Infância*: memórias. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. p. 7

Optei por escolha pessoal manter a grafia da versão utilizada, do ano de 1953, ao longo de todo o trabalho de pesquisa.

⁷ MORAES, Dênis. *O Velho Graça*: uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boitempo, 2012. p.28.

velhos encontrados no fundo das prateleiras”, resquícios de “compras erradas”, segundo as palavras de Sebastião Ramos.

Depois de algum tempo, diante da visível inclinação do filho para leituras e total falta de jeito para qualquer outra coisa, Sebastião mandou o filho para Maceió, para que tivesse os estudos completos. Em 1910, em dias de comemorar seu 18º ano, Graciliano Ramos retorna, para casa, a pedido do pai, que agora abriera uma loja na cidade de Palmeira dos Índios, Loja Sincera, e contava com a ajuda do filho, mas o comércio não era o seu gosto:

Entre um freguês e outro, folheava livros, jornais e revistas. Quando cerravam as portas, ia para o fundo da loja escrever, usando o papel dos talonários de pedidos e notas fiscais. Sem regularidade, despachava sonetos e pequenas crônicas para *O Malho*, *Jornal de Alagoas* e *Correio de Maceió*.

Lia jornais da Itália, França, Inglaterra, Portugal e Argentina, e passou a ministrar um curso noturno de português, em que seus alunos tinham lições básicas de gramática e noções de Francês, Italiano, Esperanto e Jornalismo. Mas Palmeira dos Índios não lhe contentava, aos 22 anos, viajou para o Rio de Janeiro, crendo poder viver da imprensa. Lá viveu de revisor e escrevendo crônicas, mas a vida na então capital do país durou pouco e, no ano seguinte, precisou retornar para Alagoas.

Lá casou e se estabeleceu no comando da loja Sincera, lecionando Francês e ministrando o curso noturno, enquanto escrevia narrativas curtas, contos, pequenas crônicas. No ano de 1926, foi nomeado presidente da Junta Escolar de Palmeira dos Índios, e dali em diante estaria envolvido de alguma forma com a política. No ano de 1927, tornou-se prefeito da cidade, e assim, exercendo a função de prefeito, seus escritos tornaram-se conhecidos e comentados, não os contos e crônicas, mas seus relatórios de governo, as prestações de conta publicadas em Diário Oficial, como conta a Raúl Navarro⁹ em carta no ano de 1937:

Nunca fui literato, até pouco tempo vivia na roça e negociava. Por infelicidade, virei prefeito no interior de Alagoas e escrevi uns relatórios que me desgraçaram. Veja o senhor como coisas aparentemente inofensivas inutilizam um cidadão. Depois que redigi esses infames relatórios, os jornais e o governo resolveram não me deixar em paz. Houve uma série de desastres: mudanças, intrigas, cargos públicos, hospital, coisas piores e três

⁸ MORAES, Dênis. **O Velho Graça**: uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boitempo, 2012. p.38

⁹ Raúl Navarro era um tradutor argentino que passou a se corresponder com Graciliano Ramos após uma “campanha” iniciada por Benjamín de Garay, entre os intelectuais argentinos, uruguaios, colombianos e paraguaios em um movimento de solidariedade a Graciliano, exigindo de Getúlio Vargas a sua libertação da Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande, onde esteve preso de março de 1936 a janeiro de 1937.

romances fabricados em situações horríveis (RAMOS, 1937 apud MORAES, 2012, p. 25).¹⁰

Da prefeitura para a direção da Imprensa Oficial do Estado e, mais tarde, para a Instrução de Educação Pública do Estado de Alagoas. Homem de política sem partido foi preso em 1936 acusado de conspirar para o “atentado comunista” de 1935.¹¹

Solto em janeiro de 1937, passa a trabalhar como revisor de jornais do Rio de Janeiro, no ano seguinte, 1938, publica o romance *Vidas secas*. No ano seguinte, é nomeado Inspetor Federal do Ensino Secundário no Rio de Janeiro. Sua filiação ao Partido Comunista acontecera no ano de 1945, mesmo ano em que é publicado *Infância*.

A publicação de *Infância*, na forma de livro de memórias, motiva o escritor Antonio Candido a publicar uma série de cinco artigos sobre a obra de Ramos no jornal *Diário de São Paulo*, a esses artigos Graciliano Ramos respondeu por carta, iniciando uma conversação com Antonio Candido acerca da sua produção.

Antonio Candido foi um dos primeiros críticos literários a realizar uma análise da obra completa de Graciliano Ramos, ele propõe uma divisão dos livros do autor alagoano em três grupos: o dos livros voltados para “uma pesquisa progressiva da alma humana”¹², todos em primeira pessoa; o dos livros mais voltados à realidade objetiva, em terceira pessoa; e as obras autobiográficas. *Infância*, sugere Cândido, é um amálgama de todas essas intenções, fusionando ficção e realidade na busca da compreensão do outro, da linha que costura suas memórias de infância e suas análises maduras. “Datam desse tempo as minhas mais antigas recordações do ambiente onde me desenvolvi como um pequeno animal”.¹³ É, a partir de lugares, pessoas ou situações que marcaram a infância da personagem, que vamos construindo um quadro do seu cotidiano, da sociedade que o cercava, em que imperava o “Medo. Foi o

¹⁰MORAES, Dênis. **O Velho Graça**: uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boitempo, 2012, p.25.

¹¹ Uma competente articulação política levou Graciliano Ramos a concorrer à Prefeitura de Palmeira dos Índios nas eleições de 1927. A sucessão municipal estava em pauta desde que o prefeito Lauro de Almeida Lima fora assassinado, em fevereiro de 1926, após desentendimento com o fiscal de tributos João Ferreira de Gusmão e Melo. Esse em seguida foi fuzilado pelo delegado de polícia local. O banho de sangue traumatizou a cidade. O vice-prefeito, Manuel Sampaio Luz, assumiu para cumprir o terço restante do mandato. À medida que se avizinhava o pleito, as forças situacionistas se reagrupavam, comandadas por um triunvirato do qual faziam parte o jornalista e deputado federal Álvaro Paes e os irmãos Francisco e Otávio Cavalcanti. Os Cavalcanti, que dominavam a política palmeirense há quatro décadas, eram aliados do governador Costa Rego, cujo principal representante na região era Paes, todos do Partido Democrata. Depois de rodadas de discussões, a cúpula se fixou no nome de Graciliano. Bem-sucedido como presidente da Junta Escolar, tinha fama de honesto, austero e culto, e era amigo dos caciques do partido. O relacionamento com os Cavalcanti vinha desde 1910, quando os Ramos chegaram de Viçosa. E com Álvaro Paes a convivência se estreitara pelas afinidades intelectuais (MORAES, 2012, p.79).

¹² CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão**: ensaios sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p.71.

¹³ RAMOS, Graciliano. op. cit., p. 10.

medo que me orientou nos primeiros anos, pavor”.¹⁴ Esse sentimento, o medo, assim como o uso da força, é elemento recorrente na narrativa, e a personagem narradora¹⁵ busca compreendê-los, situá-los na realidade daquela sociedade:

Bem e mal ainda não existiam, faltava uma razão para que nos afligissem com pancadas e gritos. Contudo as pancadas e os gritos figuravam na ordem dos acontecimentos, partiam sempre de seres determinados, como a chuva e o sol vinham do céu. E o céu era terrível e os donos da casa eram fortes.¹⁶

O período era final do séc. XIX e início no séc. XX, havia uma intensa atividade da imprensa e clubes de propaganda nas capitais da região nordeste do país, cresciam as cidades brasileiras, chegavam imigrantes e tudo parecia mudar em ritmo alucinante, rumo ao progresso.¹⁷ No entanto, a personagem diz:

Factos antigos se renovavam, confundiam-se com outros recentes, e as notícias dos jornais determinavam perturbações nos espíritos. Debatiam-se Canudos, a revolta da armada, a abolição e a guerra do Paraguai como acontecimentos simultâneos. A república, no fim do segundo quadriênio, ainda não parecia definitivamente proclamada. Realmente não houvera mudança na vila. Os mesmos jogos de gamão e solo transmitiam-se de geração a geração; as mesmas pilhérias provocavam as mesmas risadas. Certas frases decoravam-se, achavam meio de arranjar-se com outras de sentido contrário – e essas incompatibilidades firmavam-se nas mentes como artigos de fé.¹⁸

Contrastam-se aqui duas realidades, aparentemente, opostas: modernidade, de um lado, e a preservação da lógica do favor, o conservadorismo de outro. Modernidade e tradicionalismo funcionam aqui como mecanismos de interação, esse tradicionalismo se materializa na forma do patrimonialismo¹⁹ na política brasileira, consiste no capitalismo de Estado de natureza patrimonial, de modo que a classe proprietária, “minoría dissociada da nação, é que domina, dela se constituindo a classe política”.²⁰

¹⁴ RAMOS, Graciliano. op. cit., p. 12.

¹⁵ A narrativa de *Infância* se dá na primeira pessoa, por entender que as memórias também são uma construção e que na auto-biografia há conteúdo ficcional, não cabe aqui considerar o autor Graciliano Ramos como o narrador, mas como personagem por ele construída em sua obra.

¹⁶ RAMOS, Graciliano. op. cit., p. 20.

¹⁷ NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o XX. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia (Org.). **O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da à Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15.

¹⁸ RAMOS, Graciliano. op. cit., p. 49.

¹⁹ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** São Paulo: Globo, 1991.

²⁰ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **DADOS-R. Ci. Soc.,** Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-525819970002>. Acesso em: DD mês. AAAA.

As relações de poder se dão de forma direta, na figura local no coronel, o poder político e o poder econômico não estão dissociados. É característico do patrimonialismo o não reconhecimento da distinção entre a esfera pública e a esfera privada, ou melhor, o desconhecimento da esfera pública. Tudo o que seria da esfera pública é regido como patrimônio privado, significa que os critérios, os procedimentos e as regras típicas das relações privadas – no âmbito da família, dos amigos, do empreendimento agrário ou comercial – aplicam-se também às relações com o Estado e em espaços que a modernidade considera públicos. Trata-se da apropriação do público e do estatal pelo privado. Atraso e modernidade andam de mãos dadas na República Federativa do Brasil, uma república que não permitiu a participação do povo, as oligarquias conseguiram inventar e consolidar um sistema de poder – batizado por Campos Sales como a “política dos estados” – capaz de gerenciar seus conflitos internos que deixava o povo de fora, havendo, assim, um período de paz oligárquica baseado em uma combinação de cooptação e repressão. O aparato do Estado republicano, expressão da modernidade brasileira, foi então subvertido à ordem arcaica do poder de mando dos coronéis. Mudanças sociais, civis e políticas não aconteceram na mesma proporção que as mudanças econômicas. Enquanto, nos anos que iniciaram o século XX, a economia caminhava a passos largos em direção a seu objetivo moderno, os direitos civis, sociais e políticos reclamados pela república capitalista democrática não foram estendidos ao povo.

A vila, a que se refere o narrador, é Buíque, no estado de Pernambuco e o cenário apresentado, num primeiro momento, parece contraditório com o quadro de virada do século e crescimento do país: aceleração do tempo e marasmo combinam-se, aqui, de forma dialética construindo uma lógica paradoxal que compatibiliza organicamente esses dois cenários, o da capital federal e o interior.

Nos sertões, o tempo corre tão lento que a sua marcha quase não é percebida, mantém-se uma rotina secular, pois a República foi uma mudança sem transformações significativas, “sob novas formas, os antigos e os novos donos do poder mantêm as rédeas”.²¹ Os princípios descentralizadores do federalismo foram bem aceitos e, assim, sob nova roupagem, os coronéis buscavam resistir à falência de seu sistema pelo mandonismo, da lógica de favores, do qual a família do narrador também se beneficiava:

Ofereceram a meu pai o emprego de juiz substituto e ele o aceitou sem nenhum escrúpulo. Nada percebia de lei, possuía conhecimentos gerais

²¹ NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: O Brasil na virada do século XIX para o XX. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. (Orgs.). **O Tempo do Liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.26

muito precários. Mas estava aparentado com senhores de engenho, votava na chapa do governo, merecia a confiança do chefe político — e achou-se capaz de julgar. Naquele tempo, e depois, os cargos se davam a sequazes dóceis, perfeitamente cegos. Isto convinha à justiça. Necessário absolver amigos, condenar inimigos, sem o que a máquina eleitoral emperraria.²²

A violência era outro elemento constante, logo, o medo que a personagem diz ter orientado os primeiros anos de sua vida era o mesmo que dava coesão às comunidades do nordeste, o capítulo *Fernando* refere-se a um desses homens dos coronéis, encarregados de executar a sua “política”:

Cresci ouvindo as piores referências a Fernando. Se fosse tão mau como afirmavam, não existia patife igual. Era parente do chefe político, e um chefe político da roça naquele tempo mandava mais que um soba, dispunha das pessoas e manipulava as autoridades, bonecos miseráveis. Vivíamos num grande cercado de engenho e só tinha sossego quem adulava o senhor. Os jornais da capital noticiavam horrores, mas ninguém se atrevia a assinar uma denúncia. Qualquer indiscrição podia originar incêndios, bordoadas, prisões ou mortes.²³

Essa violência institucionalizada atomiza-se de forma capilar, preenchendo todos os espaços de vivência, e o narrador-personagem se torna consciente disto, pois sua escrita é reflexiva e se dá anos depois. O trecho a seguir, embora grande, torna possível perceber esse exercício de reflexão e a sua tentativa de compreensão das estruturas sociais na qual estavam submersos:

As nascentes secavam, o gado se findava no carrapato e na morrinha. Estranhei a morrinha e estranhei o carrapato, forças evidentemente maiores que as do meu pai. Não entendi o sussurro lastimoso, mas adivinhei que ia surgir transformação. A vila, uma loja e dinheiro entraram-me nos ouvidos. Explicavam a sisudez, o desgosto habitual, as rugas, as explosões de pragas e injúrias. Mas a explicação me apareceu anos depois. Na rua examinei o ente sólido, áspero com os trabalhadores, garboso nas cavalhadas. Vi-o arrogante, submisso, agitado, apreensivo — despotismo que às vezes se encolhia, impotente e lacrimoso. A impotência e as lágrimas não nos comoviam. Hoje acho naturais as violências que o cegavam. Se ele estivesse em baixo, livre de ambições ou em cima, na prosperidade, eu e o moleque José teríamos vivido em sossego. Mas no meio, receando cair, avançando a custo, perseguido pelo verão, arruinado pela epizootia, indeciso, obediente ao chefe político, a justiça e o fisco, precisava desabafar, soltar a zanga concentrada. Aperreava o devedor e afligia-se temendo calotes. Venerava o credor, pontual no pagamento, economizava com avareza. Só não economizava pancadas e repreensões. Éramos repreendidos e batidos.²⁴

²² RAMOS, Graciliano. op. cit., p. 217.

²³ RAMOS, Graciliano. op. cit., p. 205.

²⁴ RAMOS, Graciliano, op. cit., p. 29.

A narrativa memorialista, em suas dimensões *material, simbólica e funcional*²⁵, não nos remete somente ao fato lembrado e narrado, mas cria a possibilidade de deslocamento no tempo e no espaço, interconectando palavras e representações, correlacionando sentidos; abrindo perspectiva de acesso ao estudo do passado, bem como à significação do lembrado, é encerrado na esfera do vivido, o acontecimento lembrado não tem limites, apresenta-se como uma chave para significar o antes e o depois. É assim que interpretamos a explicação dada pelo narrador, o cotidiano vivenciado pelo personagem-narrador é o da sociedade patriarcal do Nordeste, sua família nada mais era do que um microcosmo da rígida tradição familiar sertaneja. A naturalidade da violência no interior da família também está fora dela, ao redor, na cidade, na sociedade brasileira e nas letras, como fica exposto no seu primeiro contato com elas, dá-se de forma quase acidental, numa tarde de afazeres na venda do pai:

Demorei a atenção nuns cadernos de capa enfeitadas por três faixas verticais, borrões, nódoas cobertas de riscos semelhantes aos dos jornais e dos livros. Tive a ideia infeliz de abrir um desses folhetos, percorri as páginas amarelas, de papel ordinário. Meu pai tentou avivar-me a curiosidade valorizando com energia as linhas mal impressas, falhadas, antipáticas. Afirmou que as pessoas familiarizadas com elas dispunham de armas terríveis. Isso me pareceu absurdo: os traços insignificantes não tinham feição perigosa de armas. Ouvi os louvores, incrédulo.²⁶

As letras ditam as leis, mas há também uma possível interpretação “libertária”, em que o conhecimento das letras permite a quebra da estrutura “condicionante” da sociedade, essa ideia da educação, como forma de ascensão social, emancipação, de evasão da violência do mundo onde se está inserido, é a que vemos na referência que faz o pai da personagem mais a frente. “Tornar-se um sujeito sabido como padre João Inácio e o advogado Bento Américo” dialoga com o que ocorria no cenário nacional, já que é possível dizer que a pedagogia tradicional brasileira, que representou os primeiros 30 anos da República, originou-se de um amálgama entre tendências pedagógicas católicas (de inspiração jesuítica) e as concepções pedagógicas modernas, cientificistas, inspiradas nos trabalhos de Pestalozzi e Herbart com princípios positivistas²⁷, concepções, essas últimas, que chegaram ao Brasil pela influência americana que, de forma tímida, já se fazia sentir nos anos primeiros da República.

²⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projeto-historia/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 13 de abril.2014.

²⁶ RAMOS, Graciliano. op. cit., p. 99.

²⁷ Na pedagogia moderna, algumas teorias da educação adquiriram importância histórica pelas alterações que provocaram e pela influência exercida nas práticas educativas escolares, é o caso da pedagogia tradicional, representada por Johann Heinrich Pestalozzi e Johann Friedrich Herbart. Pestalozzi foi o primeiro a estabelecer

O período de transição do Império para a República assistiu a uma certa efervescência intelectual e ideológica. A possibilidade de construção de um novo país, livre do regime de trabalho escravo e do arcaico arcabouço jurídico-político monárquico, entusiasmava as elites intelectuais que, euforicamente, discutiam os rumos da nação professando ideias sobre federalismo, democracia e educação para todos.²⁸

As elites intelectuais almejavam inserir o Brasil na modernidade, e ser moderno no Brasil da primeira república era ser liberal²⁹, o que tinha como uma das consequências crer na educação como componente decisivo na resolução dos problemas sociais.

A exemplo desses intelectuais, Rui Barbosa, enquanto deputado à Assembleia da Corte³⁰, realizou pareceres sobre a educação, "Reforma do Ensino Secundário e Superior" (1882) e "Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública" (1883), a leitura desses pareceres sobre educação evidencia que ela foi posta como solução para um dos problemas que, segundo sua compreensão, comprometia o futuro do Brasil. Para ele, a formação da inteligência popular por meio da instrução escolar era fundamental para a reconstituição do caráter nacional; a ciência estava de mãos dadas com a liberdade. Colocava a educação como um fator de desenvolvimento, a alavanca capaz de modernizar o país.

Contudo, esse projeto político de investimento na educação não foi adiante. A composição do governo, que inicialmente continha fazendeiros do oeste paulista, militares e intelectuais de camadas médias, tinha a defesa da construção de um país urbano-industrial feita pelos dois últimos setores, mas com a consolidação do novo governo e, afastada a possibilidade de um contragolpe monarquista, os setores progressistas foram retirados do aparelho do Estado. As oligarquias agrárias obtiveram o monopólio do poder, instituindo um projeto político de "vocaçã agrária" do país, consolidada principalmente a partir de 1894 com a eleição de Prudente de Moraes. Os grandes temas nacionais foram, então, abandonados

horários diversos e a separar as crianças por faixas etárias diferentes. Já Herbart tem na sua proposta de educação a aspiração da formação do indivíduo, altamente moral, em que o principal resultado esperado é moldar os desejos e a vontade das pessoas. Para saber mais ler: ZANATTA, Beatriz Aparecida. O legado de Pestalozzi, Herbart e Dewey para as práticas pedagógicas escolares. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 15, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/18569>>. Acesso em: 24 de abril. 2014.

²⁸ GHIRALDELLI Junior, Paulo. Evolução das idéias pedagógicas no Brasil Republicano. **Cadernos de Pesquisa**: revista de estudos e pesquisa em educação, São Paulo, n. 60, p. 28-37, fev. 1987.

²⁹ FAORO, Rodrigo. **Os Donos do Poder**. Porto Alegre: Globo, 1979.

³⁰ Cargo existente no Brasil Imperial atuava na Assembleia do Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, junto aos senadores e deputados.

em prol de um esforço agrário e ruralista, a federação brasileira era, na prática, formada por um Estado intervencionista.

Voltando à narrativa de *Infância*, o pai, Sebastião, decidiu ser responsável por sua alfabetização:

A aprendizagem começou ali mesmo, com a indicação de cinco letras já conhecidas de nome, as que a moça, anos antes, na escola rural balbuciava junto ao mestre barbado (...). Enfim consegui familiarizar-me com as letras quase todas. Aí me exibiram outras vinte e cinco, diferentes das primeiras e com os mesmos nomes delas. Atordoamento, preguiça, desespero, vontade de acabar-me. Veio o terceiro alfabeto, veio quarto, e a confusão se estabeleceu, um horror de quiproquós. Quatro sinais com uma só denominação. Se me habituassem às maiúsculas, deixando as minúsculas para mais tarde, talvez não me embrutecesse. Jogaram-me simultaneamente maldades grandes e pequenas, impressas e manuscritas. Um inferno. Resignei-me – e venci as malvadas. Duas, porém, se defenderam: as miseráveis dentais que ainda hoje me causam dissabores quando escrevo³¹.

O pai, diante da resistência ao processo de alfabetização, revela todo o seu poder e autoridade com o uso da palmatória e vários castigos que são infligidos à personagem. O menino que, a princípio, acreditava que os “garranchos do papel” pudessem livrá-lo de pequenos deveres e castigos, descobre, entretanto, que as letras só serviam para atormentá-lo ainda mais. Após tentativas frustradas de Sebastião Ramos, pai de Graciliano, de alfabetizar o filho com o uso constante de ameaças e violência, ficou decidido que este iria para a escola, ambiente desconhecido apresentado de forma hostil:

A notícia veio de supetão: iam meter-me na escola. Já me haviam falado nisso, em horas de zanga, mas nunca me convencera de que realizassem a ameaça. A escola, segundo informações dignas de crédito, era um lugar para onde se enviavam as crianças rebeldes. (...) a escola era horrível – eu não podia negá-la como negara o inferno. Considerei a resolução de meus pais uma injustiça. Procurei na consciência, desesperado, acto que determinasse a prisão, o exílio entre paredes escuras. Certamente haveria uma tábua para desconjuntar-me os dedos, um homem furioso a bradar-me noções esquisitas. Lembre-me do professor público, austero e cabeludo, arpiei-me calculando o vigor daqueles braços. Não me defendi, não mostrei as razões que me fervilhavam na cabeça, a mágoa que inchava o coração. Inútil qualquer resistência.³²

Atualmente é comum relacionarmos crianças e escolas, no entanto a relação, hoje evidente, como qualquer relação existente na sociedade, não é natural. A afirmação da educação das crianças, primeiramente como um valor e, posteriormente, como uma necessidade e um direito, é fruto de um longo processo histórico. O Brasil ocupava uma

³¹ RAMOS, Graciliano, op. cit., p.103.

³² RAMOS, Graciliano, op. cit., p.109.

posição ruim no índice de letrados. No censo de 1890, o número de iletrados era de 85,21% na população total; no ano de 1900, esse índice era de 74,59%, excluindo os menores de cinco anos, esse número resultava em 69,63%.³³ É a partir desse momento que o tema do analfabetismo se torna ponto de pauta na questão política e nas estratégias educacionais.

No final do século XIX, o Brasil passou por profundas transformações, como a mudança do Império para a República bem como passou a adotar o modelo político americano, baseado no sistema presidencialista. Houve mudanças na área política, econômica e social, como a transformação das antigas Províncias em Estados, a determinação de que o Rio de Janeiro seria provisoriamente a sede do Governo Federal, a dissolução da Câmara dos Deputados e do Senado, a separação da Igreja e o Estado. Referente a tais mudanças, Caio Prado Júnior afirma que:

Os primeiros anos que seguem imediatamente à proclamação da República serão dos mais graves da história das finanças brasileiras. A implantação do novo regime não encontrou oposição nem resistência aberta sérias. Mas a grande transformação política e administrativa que operou não se estabilizará e normalizará senão depois de muitos anos de lutas e agitações. Do império unitário o Brasil passou bruscamente com a República para uma federação largamente descentralizada que entregou às antigas Províncias, agora Estados, uma considerável autonomia administrativa, financeira e até política.³⁴

Pregava-se a liberdade de ensino, entendendo-se como a possibilidade de oferta de ensino que não fosse por escolas oficiais, muitas escolas eram particulares, as escolas primárias, separadas conforme o sexo dos alunos, e funcionavam geralmente no âmbito dos espaços domésticos, nas próprias residências dos mestres. Eram denominadas “casas de escola” e conhecidas pelos nomes dos professores e professoras que as administravam, cenário que converge com o apresentado pela personagem-narrador de *Infância*:

Matricularam-me na escola pública da professora Maria do O, mulata fosca, robusta em demasia, uma das criaturas mais vigorosas que já vi. Esse vigor se manifestava em repelões, em berros, aos setenta ou oitenta alunos arrumados por todos os cantos.³⁵

Nessas escolas, muitas vezes, confundiam-se os espaços público e o privado, as funções domésticas e o ofício do educador, os meios disciplinares que poderiam ser utilizados pelos professores para reprimir e repreender os alunos incluía castigos públicos e corporais. O

³³ PAIVA, Vanilda. Um século de educação republicana. Revista Pro-Posições, Campinas, v. 1, n. 2, p. 7-18, jul. 1990. Disponível em: < <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/2-artigo-paivav.pdf>>. Acesso em: 24 de abril. 2014.

³⁴ PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 218.

³⁵ RAMOS, Graciliano, op. cit., p.173.

desenvolvimento dos serviços de instrução, de rede de escolas muito diversas – públicas, particulares, domésticas –, dava-se conforme a realidade de cada uma das províncias, agora estados, embora os estudos apontem que a aplicação de recursos orçamentários esteve sempre muito aquém das necessidades.

Somente nos anos 20 do séc. XX são realizadas várias iniciativas em prol do fim do analfabetismo, e passam a existir políticas mais efetivas, por motivos patrióticos ou nacionalistas, por considerações a respeito da estabilidade social – na forma de educação moral da classe trabalhadora – em função de uma ideologia educativa ou de sua junção com sentimentos humanitários, ou em nome dos ideais republicanos e democráticos que visavam a ampliação do número de eleitores.³⁶ O que gera no Brasil uma mobilização intelectual em torno desse tema. Mas a realidade nas salas de aula era outra:

O lugar de estudo era isso. Os alunos se imobilizavam nos bancos: cinco horas de suplício, uma crucificação. Certo dia vi moscas na cara de um, roendo o canto do olho, entrando no olho. E o olho sem se mexer, como se o menino estivesse morto. Não há prisão pior que uma escola primária do interior. A imobilidade e a insensibilidade me aterraram. Abandonei os cadernos e as auréolas, não deixei que as moscas me comessem. Assim, aos nove anos ainda não sabia ler.³⁷

Havia um descompasso entre o projeto de educação pensado pelos intelectuais e as condições materiais de intervenções do Estado. Programas que visavam a alfabetização da população, ou mesmo programas de incentivo a cultura voltado para os trabalhadores, surgem entre as décadas de 20 e 40, mas trata-se de iniciativas restritas, ligadas a grupos com diversas orientações políticas.³⁸

Nos anos de 1930, a educação se tornará, novamente, pauta dos intelectuais brasileiros, com ideias que dialogam com muito das expectativas anteriores atribuídas à educação:

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade o da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das

³⁶ Na Constituição Federal de 1891, ficava estabelecido que o voto no Brasil continuaria "a descoberto" – voto não secreto – a assinatura da cédula pelo eleitor tornou-se obrigatória e universal. Por "universal", entenda-se o fim do voto censitário que definia o eleitor por sua renda, pois ainda se mantiveram excluídos do direito ao voto os analfabetos, as mulheres, os religiosos sujeitos à obediência eclesiástica e os mendigos.

³⁷ RAMOS, Graciliano, op. cit., p.190.

³⁸ O governo brasileiro terá iniciativas centrais nesse setor em dois grandes momentos, no pós-guerra, com campanhas incentivadas pela UNESCO, e nos anos 1970, durante o regime militar que coincide com o crescimento econômico, quando a educação foi utilizada para dar coesão a um regime ditatorial.

aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade.³⁹

Assim, tem início o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, que foi escrito durante o governo de Getúlio Vargas. Consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Redigido por Fernando de Azevedo, contando com a participação de 26 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles. Ao ser lançado, em meio ao processo de reordenação política resultante da revolução de 30, o documento se tornou o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país.

A revolução de 30 trouxe uma nova dimensão no que diz respeito à ideia da representação popular, a República reconhecia agora, de forma pública e formal, a necessidade de um ensino para o povo. E o movimento renovador da educação, que havia entrado em cena, traz como substrato político de sua crítica e proposta de ação – presente de forma embrionárias nas mudanças educacionais dos anos 1920 – a implementação de uma educação universal, tanto no acesso como na capacidade de seleção e qualificação do ensino.

Esse novo paradigma educacional vai se materializar nas discussões da Constituinte, tendo expressões anteriores no Manifesto dos Pioneiros e no anteprojeto constitucional da 5ª Conferência Nacional da ABE⁴⁰, em 1933. Os debates ocorrem entre 1933 e 1934 e, ao analisarmos os temas debatidos e o projeto final da Constituinte, chegamos a algumas conclusões: embora os renovadores buscassem garantir a todos o direito a educação, esse não se fez pleno. A obrigatoriedade escolar não incidiu coativamente ao Estado, não o obrigando ao seu cumprimento pleno, somado à fragilidade do princípio do direito à educação, pois a delimitação inicial de que exerce a educação coube à “família”, ou seja, ao âmbito privado primeiramente e, em segundo, aos poderes públicos.⁴¹

Efetivamente, na educação básica, não aconteceu a tão alegada política, anunciada pelo Estado Novo, de integração de direitos sociais à cidadania, em substituição aos direitos

³⁹ **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**, 1932. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. Acesso em: 03 de maio. 2014.

⁴⁰ A década de 1920, no Brasil, foi marcada por movimentos intelectuais que tinham em convergência a promoção da educação como mola propulsora de uma nova estrutura social e política. No fervor dessa perspectiva, vários intelectuais de renome nacional fundam a Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924.

⁴¹ Para ter um maior conhecimento sobre os temas debatidos na Constituinte de 1934, e o desenvolvimento da educação ao longo das Constituições brasileiras, ver: FAVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 1996.

políticos liberais amplamente condenados, pois a educação privada continuou a existir e ser uma realidade reconhecida pelo Estado, em forma de um orçamento que pautava o pagamento de bolsas em escolas privadas, para os alunos carentes. E a dimensão pública da educação ficou restrita, em grande medida, às funções de regulamentação e fiscalização por parte do Estado.

Embora o Estado Novo propusesse romper doutrinariamente com o pensamento educacional formulado pelos renovadores, os intelectuais desse movimento foram incorporados no aparato estatal do regime autoritário estadonovista. O que significou que os projetos educacionais desse novo regime precisou considerar um conjunto de questões que tinham, nesses novos colaboradores, os seus intérpretes atuantes nos aparelhos incumbidos da tarefa de implementar as políticas educacionais. A Comissão Nacional de Ensino Primário (CNEP), criada em 1938, será uma expressão das dificuldades do regime autoritário de conciliar suas pretensões ideológicas homogeneizantes com o complexo campo de interesses e de problemas social e politicamente instalados. Embora o sentido de modernidade e civilidade atribuído à alfabetização ainda permanecesse, a conclusão a qual chega o narrador, após a sua entrada na vida escolar, é “Tinham-me domado. Na civilização e na fraqueza, ia para onde me impeliam, muito dócil, muito leve, como pedaços da carta de A B C, triturados, soltos no ar”.⁴²

Esse exercício reflexivo, da personagem narradora, em relação ao processo educacional nos permite supor que essas mudanças na educação, os longos debates, os diferentes projetos políticos que se apresentavam estavam presentes no cotidiano de Graciliano Ramos e, em certa medida, o estimulam no processo de rememoração e escrita do livro, há no exercício de escrita no livro um movimento de diálogo com esses debates, suas considerações sobre a educação ministrada no início da República são uma lembrança dos erros cometidos e proposições para futuros acertos.

Há em *Infância* um sentido aparentemente pessimista, no qual as relações familiares e sociais seguem à risca, com pequenas nuances, os princípios norteadores do modelo patriarcal brasileiro, no qual a violência é elemento constante. Em *Infância*, a personagem central menciona o receio que tinha de se dirigir ao pai para lhe fazer qualquer pergunta, porque cada vez que ousava indagar sobre algo desconhecido obtinha como resposta frases ríspidas e, quando permanecia insistente em suas dúvidas, não só as frases eram ríspidas, “algumas vezes fui sincero, idiotamente. E vieram-me chineladas e outros castigos oportunos”.⁴³

⁴² RAMOS, Graciliano, op. cit., p.110.

⁴³ RAMOS, Graciliano, op. cit., p. 81.

Essa forma de educar os filhos, como seres inferiores, foi a que imperou até o primeiro quarto do século XX, no Brasil. “Éramos repreendidos e batidos”.⁴⁴ Num dos acessos de violência, a mãe do narrador deixou espalhados pelo seu corpo pequeno, o “saldo” de inúmeros hematomas, “Certa vez minha mãe surrou-me com uma corda nodosa que me pintou as costas de manchas sangrentas”.⁴⁵ O conteúdo do capítulo “Um cinturão”, em *Infância*, pode ser considerado o espelho das relações conflituosas entre pais e filhos e o emblema da intensidade da presença da violência nas relações. Nesse capítulo, tudo não passa de um mal entendido. O pai, ao dormir na rede, perde uma correia presa no cinturão, quando se levanta ele dá por falta do objeto e, imediatamente, acusa o filho de ter perdido. O menino, sem reação diante da acusação, fica calado, com um “aperto na garganta”. Daí para a violência foi um salto, narra:

Não o vi aproximar-se do torno e pegar o chicote. A mão cabeluda prendeu-me arrastou-me para o meio da sala, a folha de couro fustigou-me as costas. Uivos, alarido inútil, estertor. Já então eu devia saber que rogos e adulações exasperavam o algoz.⁴⁶

O saber, elemento de modernidade e civilidade, é percebido, nessa análise pessimista, como um “mal inevitável”, tanto é assim que a personagem narra ter frequentado inúmeras classes e passado pelas mãos de inúmeros professores, e a crítica à escola e ao processo de alfabetização é focada em seus métodos arcaicos, severos e punitivos. A escola, na verdade, é apenas mais uma ramificação da casa, reproduzindo entre aluno e professor a rede de relações antagônicas vividas em família. “Talvez as vergastadas não fossem muito fortes: comparadas ao que senti depois, quando me ensinaram a carta de A B C, valiam pouco”⁴⁷ a violência está presente novamente, não mais na forma física, mas tão dolorosa quanto essa.

Essa é uma análise possível, mas é também uma análise mais óbvia. Dentro do sentido de compreensão, que proponho ser a chave de leitura de *Infância*, a conquista da leitura e escrita e, sobretudo de seu sentido, não serão submetidas ao dever, apenas, de aprender a, quando muito, codificar e decodificar signos linguísticos, a educação traria consigo, na conquista da leitura e escrita, a possibilidade de ser resgatado do abandono da escuridão e da solidão e não capitularem frente à proibição de ingressarem no novo mundo prometido, para o qual a educação é o seu passaporte.

⁴⁴ RAMOS, Graciliano, op. cit., p. 29.

⁴⁵ RAMOS, Graciliano, op. cit., p. 30.

⁴⁶ RAMOS, Graciliano, op. cit., p.33.

⁴⁷ RAMOS, Graciliano, op. cit., p.33.

Este caminho aparece, em *Infância*, de forma sofrida, nas trocas de “t” e “d”, na constante assombração por certo “Ter-te-ão”, nas dificuldades que tinha com a leitura e a escrita na escola e com as letras miúdas do folheto que lia “como quem decifra uma língua desconhecida”, esse romance representava para ele uma clareira de liberdade, que lhe permitia pensar “nas crianças que vencem gigantes e bruxas, vencem o medo da floresta” e o fazia esquecer o “código medonho” que o “atazava”.

Mas não há a desistência, no capítulo “Os astrônomos”, depois de fracassadas as tentativas domésticas e na escola, aos nove anos, ainda analfabeto, a personagem central pensa que a decifração da escrita seja algo inatingível para suas limitações. Uma noite, o pai, que costumeiramente lhe era rude e áspero, convida-o a pegar um romance e lê-lo. “Como um carro em estrada cheia de buracos”, o menino vai tropeçando continuamente na leitura “mastigando as palavras, gaguejando, gemendo uma cantilena medonha”, até que o pai surpreendentemente lhe pergunta se estava entendendo, explica-lhe a aventura em que uma família é perseguida por lobos na floresta invernal. Primeiro estímulo, que depois é retomado em outra noite, até que o pai, por um mau humor contumaz, recusa manter a leitura com ele. Mas agora não há mais volta, o narrador se diz já enfeitiçado pela leitura, interessado em seu desdobramento. A solução foi recorrer à boa prima Emília, que lhe propôs lesse sozinho.

Longamente lhe expus a minha fraqueza mental, a impossibilidade de compreender as palavras difíceis, sobretudo na ordem terrível em que se juntavam. [...] Emília combateu minha convicção, falou-me dos astrônomos, indivíduos que liam no céu, percebiam tudo quanto há no céu. [...] Ora, se eles enxergavam coisas tão distantes, por que não conseguiria eu adivinhar a página aberta diante dos meus olhos? [...] E tomei coragem, fui esconder-me no quintal, com os lobos, o homem, a mulher, os pequenos, a tempestade na floresta, a cabana do lenhador.⁴⁸

E o movimento de compreensão:

Reli as fôlhas já percorridas. E as partes que se esclareciam derramavam escassa luz sobre os pontos obscuros. Personagens diminutas cresciam, vagarosamente me penetravam a inteligência espessa. Vagarosamente.⁴⁹

E, a partir desse momento, um novo horizonte está dado à personagem que, pela biblioteca de Jerônimo Barreto percorreu vários caminhos, de Joaquim Manuel de Macedo a Júlio Verne, a utopia encontra, assim, o seu lugar, nos livros e na leitura.

⁴⁸RAMOS, Graciliano, op. cit., p.194

⁴⁹ Idem.

1.1 O LUGAR DE *INFÂNCIA* NA LITERATURA

Infância, assim como os romances de 30, insere-se no conceito de “comunidade cognoscível”, formulado por Raymond Williams⁵⁰, uma categoria que é, ao mesmo tempo, sócio-histórica e literário-textual:

Os romances que atingem um escopo amplo de experiência social por meio de relações imediatas suficientemente manifestadas possuem uma comunidade cognoscível [...] uma ficção regional não inclui os conflitos de uma sociedade mais ampla da qual a região é, evidentemente, uma parte.⁵¹

Para compreender essa premissa, é necessário discutir, em certa medida, a constituição da literatura brasileira até a chegada dos anos de 1930. Compartilhando da compreensão da literatura como um sistema, proposta por Antônio Cândido, em que:

A atividade do artista estimula a diferenciação de grupos; a criação de obras modifica os recursos de comunicação expressiva; as obras delimitam e organizam o público. Vendo os problemas sob esta dupla perspectiva, percebe-se o movimento dialético que engloba a arte e a sociedade num vasto sistema solidário de influências recíprocas.⁵²

De forma simplificada, não havia um sistema literário que se configuraria pela existência conjunta de obras, autores em diálogo e público consumidor. O Brasil, até o séc. XIX, possui manifestações literárias e não uma literatura, essas manifestações literárias possuem uma língua, temas e imagens em comum, mas apenas quando há uma continuidade, e a atividade dos escritores se integram, há a formação de um sistema literário, diferentemente do que ocorria nesse momento histórico, quando as obras eram isoladas.

Um sistema começa a se constituir em meados do séc. XVIII e toma forma coesa na primeira metade do século XIX, sua primeira expressão são os Arcades que se organizam com uma intenção instituída de fazer literatura brasileira, eles objetivavam inserir a literatura como elemento na construção nacional.

E essa será a característica maior da Literatura no Brasil, trata-se de uma literatura empenhada, ela é consciente de sua função histórica e, desde o início de sua formação, está buscando comprovar a sua capacidade, seja com tendências universalistas, como os neoclássicos, como em tendências particularistas, como os românticos.

⁵⁰ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁵¹ WILLIAMS, Raymond. **A Política e as letras**: Entrevistas da 'New leftreview'. São Paulo: Unesp, 2013. p. 245.

⁵² CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 10.ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2008.p.33.

Com a declaração de independência política do Brasil, em 1822, esse anseio ganha força maior no esforço de construção de um país livre, onde a literatura passa a encarnar o espírito nacional.

Essas intenções, de certa forma, segundo Dacanal⁵³, prejudicaram o exercício da fantasia na ficção literária, pois havia o peso da missão, a literatura é, aqui, revestida de sentido histórico e torna-se a língua geral de uma sociedade em busca de autoconhecimento e esse foi o tom da literatura brasileira, de forma geral, até as décadas de 20 e 30 do século XX, Graciliano Ramos, ao falar desse período, posiciona-se da seguinte forma:

Tínhamos, porém, vivido numa estagnação. Ignorância das coisas mais vulgares, o país quase desconhecido. Sujeitos pedantes, num academicismo estéril, alheavam-se dos fatos nacionais, satisfaziam-se com o artifício, a imitação, o brilho do plaquê. Escreviam numa língua estranha, importavam ideias, reduzidas. As novelas que apareceram no começo do século, medíocres, falsas sumiram-se completamente.⁵⁴

A crítica de Graciliano Ramos era semelhante à que moveu a organização da Semana de Arte Moderna, em 1922, e todo movimento artístico no qual ela está inserida, 1922 ampliou os horizontes de produção literária, novamente citando o próprio Graciliano Ramos:

Abriram caminhos, cortaram diversas amarras, exibiram coisas que não enxergávamos (...). Os modernistas não construíram: usaram a picareta e espalharam o terror entre os conselheiros. Em 1930 o terreno se achava mais ou menos desobstruído. Foi aí que se vários pontos surgiram desconhecidos que se afastavam dos preceitos rudimentares da nobre arte da escrita e, embrenhando-se pela sociologia e pela economia, lançavam no mercado, em horrorosas edições provincianas, romances causadores de enxaqueca ao mais tolerante dos gramáticos. Um escândalo. As produções de sintaxe presumivelmente correta encaharam. E as barbaridades foram aceitas, lidas, relidas, multiplicadas, traduzidas e aduladas. Estavam ali pedaços do Brasil — Pilar, a ladeira do Pelourinho, Fortaleza, Aracaju.⁵⁵

Esse surgimento escandaloso descrito por Graciliano Ramos é o que hoje se convencionou chamar de *Romance de 1930*. Esses romances regionalistas, em função do predomínio da temática rural e urbana e de questões sociais e ideológicas, receberam as seguintes denominações pela crítica: romance de “denúncia”, “social”, “proletário”.

Os anos de 1930 traziam as condições para “realizar, difundir e ‘normalizar’ uma série de aspirações, inovações, pressentimentos gerados no decênio de 1920, que tinha sido uma sementeira de grandes e inúmeras mudanças”, mas não era a continuidade das transformações

⁵³ DACANAL, José Hildebrando. **Realismo Mágico**. Porto Alegre: Movimento, 1970.

⁵⁴ RAMOS, Graciliano. Decadência do romance brasileiro. **Literatura**, Rio de Janeiro, ano. I, n. 1, set. 1946.p.94.

⁵⁵ Idem.

dos anos de 1920, eles haviam aberto o caminho, mas, após isso, haviam ocorrido profundas transformações econômicas e sociais o que implicava numa mudança na forma de perceber a realidade, e agora os literatos condensaram todas essas transformações na forma do Romance de 30.

A década de 1920, finda com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, a mais avassaladora crise econômica até então enfrentada pelo sistema capitalista, não só porque os Estados Unidos da América e dezenas de outros países afundaram na recessão e no desemprego, mas principalmente porque uma onda de pessimismo e desespero tomou conta do mundo, tornando geral o sentimento de descrença no sistema liberal democrático – descrença que nascera, de fato, com a eclosão da I guerra mundial e a revolução Russa, percebidas como causadas pelo liberalismo e a democracia – que servia, à época, como modelo.

Em contraste aos anos 1920, tomados por inovações artísticas e otimismo geral quanto ao futuro, seguiu-se a década de 30, com as sombras do fascismo e nazismo, com a catástrofe dada como algo iminente, com a ameaça de uma nova guerra e da revolução mundial e, por consequência, com uma terrível sensação de mal-estar⁵⁶. Esse clima geral radicaliza as posições e acirra o debate político:

Há apenas duas possibilidades: o estar contra as forças reacionárias ou a favor delas. Não comparecer é necessariamente pactuar, nem um outro motivo pode ser aventado(...). É um movimento geral de toda uma geração.
57

Institui-se, assim, uma bifurcação na sociedade: uma reação à direita, materializada no fascismo, nazismo e integralismo, ou à esquerda na forma do comunismo ou bolchevismo e socialismos, em geral. Diluídas as utopias modernistas, os intelectuais brasileiros passam construir um novo horizonte, com base em novos ideais em que dois caminhos se apresentam e a escolha por um deles significa total afastamento do outro. Desse modo, os intelectuais dos anos 30 estavam totalmente conectados a essa realidade política, como deixaria muito bem colocado Jorge Amado em *Apontamentos sobre o Moderno Romance Brasileiro*:

Mas, afinal, esses que se definem são honestos. O que não se admite são os que querem agradar a todo mundo, a Deus e o Diabo, se colocando na

⁵⁶ Para maior compreensão sobre o sentimento de mal-estar que pairava sobre a sociedade, indico a leitura de “O Mal-Estar na Civilização” de Sigmund Freud, escrito em 1930.

⁵⁷ BUENO, Luís. **Uma história do romance de 30**. São Paulo: EDUSP, 2006. p.35.

cômoda posição de romancistas puros e sem cor política. Em 1934 isso não pega mais (AMADO, 1934 apud BUENO, 2006. p. 34).⁵⁸

Deve-se a esse contexto geral, a consciência política entre os projetos ideológicos das duas fases. A prosa de ficção do decênio de 1930 produz uma literatura com ensaios sociológicos sobre a realidade brasileira. Trata-se, nesse momento, de escritores engajados, nem sempre numa concepção de esquerda, mas empenhados na construção do Brasil, muitas vezes, representada pela figura do nordestino e do operário, em estado social precário e subumano. Para Antonio Candido, “mesmo os que não se definiam explicitamente, e até os que não tinham consciência clara de fato, manifestaram em sua obra esse tipo de inserção ideológica, que dá contorno a fisionomia do período”.⁵⁹

Uma das causas para a abertura de ‘consciência’ no plano literário seria a divulgação de livros por pequenas editoras, como a “Ariel” e a “José Olympio”. É durante a década de 30 que surgem os primeiros livros com orientação marxista, traduzidos para a Língua Portuguesa, “mas só depois de 1930 se generalizava em grande escala este desejo de nacionalizar o livro e torná-lo instrumento da cultura mais viva do país”.⁶⁰ Graciliano Ramos sugere um breve panorama do cotidiano na editora “José Olympio”:

Move-se diariamente em redor daquelas mesas uma boa parte da literatura nacional. Fervilham as discussões, enchem a casa, às vezes se prolongam até que se feche a porta. Das duas vitrinas da entrada aos bancos que se encostam às estantes que há no fundo do estabelecimento, formam-se e desmancham-se os grupos (...). Há ali crentes descrentes, homens de todos os partidos, em carne e osso ou impressos nos volumes que se arrumam nas mesas, muitos a esquerda, vários a direita, alguns no centro. O editor é liberal. Se tem simpatia para qualquer extremidade, oculta-a. Aparentemente está no meio: aceita livros de um lado e do outro, acolhe com amizade pessoas de cores diferentes ou sem nenhuma cor. Os acadêmicos são raros.⁶¹

Informações como essas marcam o espaço da editora “José Olympio” como um dos lugares de sociabilidade intelectual e falam sobre a rede de relações pessoais de Graciliano Ramos, em que estão Jorge Amado, Otávio Tarquínio, Amando Fontes, José Américo, José Lins do Rego, Marques Rebêlo, Santa Rosa, Portinari, Murilo Mendes, Lúcio Cardoso, Gilberto Freyre, Raquel de Queiróis, Adalgisa Neri e muitos outros.⁶²

⁵⁸ BUENO, Luís. **Uma história do romance de 30**. São Paulo: EDUSP, 2006. p.34.

⁵⁹ CANDIDO, Antonio. **A Revolução de 30 e a Cultura**. São Paulo: Novos Estudos Cebrap. 1984 (vol2).p.27-28.

⁶⁰ Ibidem. p.33.

⁶¹ RAMOS, Graciliano. **Linhas tortas**. Rio de Janeiro: Didática Paulista, 2002.p.119.

⁶² Idem.

Dos modernistas para o Romance de 30, havia uma nova perspectiva, a maneira como enxergavam o Brasil era outra.⁶³ Não há mais a ideia de construção de um país novo, projeto da vanguarda artística dos anos 1920, essa utopia se desmanchou diante da cooperação de muitos desses artistas com governo de Getúlio Vargas. Houve, em um determinado momento dos anos 1930 uma confluência entre o projeto político proposto por Vargas e os anseios dos intelectuais brasileiros, mas as políticas efetivamente aplicadas iriam, cada vez mais, demonstrar o afastamento e diferenciação desses projetos distintos.

Findado os anos 20, houve uma “polarização” das questões culturais, e o tema da modernização fica submetido ao da construção de um projeto nacional. A busca por identidade social do intelectual brasileiro tem seu ponto final na procura de um ponto entre a perspectiva de renovação cultural e a possibilidade de reforma da sociedade – o modernismo, como adesão à mudança, vai sendo frustrado pelo caráter restaurador do processo inaugurado em 30 – entre 1930 e 1935 o potencial de mudança é significativo, mas aumenta a dificuldade de qualquer ação efetiva. Ao longo dos anos 30, o tema que irá prevalecer na intelectualidade é o da organização nacional, subordinam a dinâmica da sociedade e seus conflitos ao princípio abstrato da organização, tendo como exemplos a busca intensa por construção de modelos pedagógicos e a busca por reformar a sociedade.

Havia uma demanda intensa por unificação cultural, o que fez com que, apesar do caráter coercivo que possuía, o Estado Novo tivesse ampla aceitação, e se traduziu num projeto que era ao mesmo tempo modernizador e restaurador dos pilares da nacionalidade, em nome do bem comum e da construção da nação e, de forma mais ou menos consensual, entre a esquerda e a direita políticas do país.

Os anseios de mudança e modernização nos anos 20 se converteram em cultura política do Estado Novo, construir-se-ia agora um estado com cultura própria, e a unificação cultural se dá de forma dialética por meio da projeção, em escala nacional, dos fatos que antes eram de âmbito das regiões. O conteúdo histórico altera, então, a forma da literatura que será produzida:

Sem perspectiva utópica, o movimento de vanguarda perde o seu sentido. Nessa acepção, a poesia viável do presente é uma poesia de pós-vanguarda, não porque seja pós-moderna ou anti-moderna, mas porque é pós-utópica. Ao projeto totalizador de vanguarda, que, no limite, só a utopia redentora pode sustentar, sucede a pluralização das poéticas possíveis. Ao princípio-

⁶³ CANDIDO, Antonio. A revolução de 1930 e a cultura. In.: _____. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.

esperança, voltado para o futuro, sucede o princípio-realidade, fundamente ancorado no presente.⁶⁴

O que é narrado é verossímil, se não aconteceu poderia ter acontecido no mundo real, para além da lógica interna do texto, as forças que se apresentam no mundo narrado são as mesmas do mundo real, trata-se de um mundo laicizado; a linguagem, algo muito próximo do coloquial, mas filtrado pelas normas gramaticais, se a palavra nomeia o real ela deveria estar indissolúvelmente ligada a ele, deve ser verossímil com o mundo empírico.

Há entre os escritores de 30, independente de suas filiações partidárias, uma simultânea produção e resposta, a intenção de atuar, de dialogar e intervir na realidade que está sendo descrita. A literatura no romance de 30 assume o sentido de articulação de alternativas para as visões dominantes de mundo e, conseqüentemente, para a política da mudança social.

A *estrutura de sentimento*, a qual se referiu anteriormente, consiste em dizer que a estrutura é sempre a do sentimento real, ligado à particularidade da experiência coletiva histórica e de seus efeitos reais nos indivíduos e nos grupos. As *estruturas de sentimento* são geradas pela interação imaginativa e as práticas culturais e sociais de produção e resposta que são, em essência, práticas sociais de comunicação reflexiva e de experiência que estão na raiz da estabilidade e da mudança das sociedades humanas. Os romancistas de 30 eram atuantes diretos, na forma de agentes políticos, a exemplo do próprio Graciliano Ramos. Os romances de 30 são comunidades cognoscíveis, pois revelam as pessoas e suas relações, são a representação da sociedade brasileira dentro dessa estrutura de sentimento que é a consciência nascente do subdesenvolvimento, o que repele as utopias do futuro, características dos modernistas, em nome do mergulho na incompletude do presente.

Embora essa não fosse a proposta unificada do Romance de 30 – não que houvesse um projeto unificado de produção – que se pautava na pluralidade de realidades do Brasil, ao se voltar para as entranhas da sociedade nordestina, para o núcleo familiar, Graciliano Ramos traduziu, em ficção memorialística, uma realidade brasileira que perdurou por muitos anos.

O olhar possibilitado pelo Romance de 30 está presente em toda a sua produção literária, olhar esse construído pelo que Luis Bueno considera o fim da utopia modernista dos anos 1920 e que cria uma nova percepção:

A utopia está, então, adiada, mas não de todo afastada. Só será possível pensar qualquer utopia depois de mergulhar o mais profundamente possível

⁶⁴ CAMPOS, Haroldo de. Poesia e modernidade: o poema pós-utópico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 out. 1984. Folhetim, p. 5.

nas misérias do presente. Esquadrinhar palmo a palmo as misérias do país: eis o que toma a peito fazer o romance de 30.⁶⁵

E o adiamento da utopia tem fim em *Infância*, pois há um futuro para a personagem. E podemos perceber isso na relação que estabelece entre a literatura, a escrita, e seus personagens: em *Caetés*, João Valério, que já tivera posses, tem agora como única forma de distinção a sua intelectualidade, mantém para com ela uma relação ambígua de inferioridade e superação, mas ao fim, ao enriquecer, entende que literatura e propriedade não são compatíveis e abre, de bom grado, mão da alcunha de intelectual para ser um negociante. Em *Angústia*, Luis tem reconhecimento social pela atividade da escrita, mas essa, embora lhe dê visibilidade, também o condiciona, pois escreve por encomenda, é uma forma de humilhação, presente na relação de subalterno na qual está em relação à Julião. Enquanto em *Infância*, o narrador diz:

Conheci desse jeito várias cidades, vivi nelas, enquanto os pequenos em redor se esgoelavam, num barulho de feira. O rumor não me atingia. Em vão me falavam. Sacudido, sobressaltava-me, as ideias ausentes, como se me arrancassem do sono. Olhavam-me estupefactos, devagar me inteirava da realidade.⁶⁶

A personagem tem na literatura sua possibilidade de mudança, uma fuga da realidade de opressões, uma alternativa à precariedade das salas de aula que frequentou e a possibilidade de construção de outra realidade.

⁶⁵BUENO, Luís. Nação. Nações: Os modernistas e a geração de 30. Via Atlântica, São Paulo, n. 7, p. 83-97, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/49789/53893>>. Acesso em: 14 de abril. 2014.

⁶⁶RAMOS, Graciliano. op. cit., p.214.

2. A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA

Ao optar pela literatura como fonte, para a produção de conhecimento histórico, a seguinte pergunta se faz necessária: qual o tipo de conhecimento específico da literatura para a história? Essa questão traz em si alguns elementos que exigem discussão e que se configuram no mote deste segundo capítulo.

O conhecimento histórico – que o historiador deve sempre ter consciência de que, pela sua própria natureza, é provisório e incompleto; seletivo e limitado⁶⁷ – surge do diálogo entre a fonte histórica e as várias perguntas com as quais o historiador a interroga. A "história inclui todo o traço e vestígio de tudo o que o homem fez ou pensou desde seu primeiro aparecimento sobre a Terra" (ROBINSON, 1912 apud BURK, 1992. p. 17)⁶⁸ essa definição torna toda produção humana uma fonte histórica.

A literatura é, então, entendida como uma prática social ou práxis, conceito marxista que significa a unidade da teoria e da prática. É o mundo material social elaborado e organizado pelo homem no desenvolvimento de sua existência como ser pensante. Na existência real, o ser humano, como ser social, realiza uma atividade prática, objetiva, que está fora de sua consciência, e que visa à transformação da natureza, da sociedade e da realidade.⁶⁹ Logo a literatura está inserida num contexto e, portanto, deve-se percebê-la em sua dimensão histórica, no seu lugar e seu tempo.⁷⁰ Ser prática social pressupõe também que ela está entre as condições materiais de produção e reprodução da vida.

Portanto a literatura é uma fonte que, como todas as outras, possui suas especificidades, permitindo ao historiador formular e responder questões importantes relativas ao tempo da sua produção, sobre as quais as fontes tradicionais normalmente silenciam – a literatura é uma forma de percepção sobre a realidade, Antonio Candido, em seu estudo sobre a função do personagem no romance, coloca que:

(...) uma das funções capitais da ficção, que é a de nos dar um conhecimento mais completo, mais coerente do que o conhecimento decepcionante e fragmentário que temos dos seres.⁷¹

⁶⁷ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁶⁸ BURK, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

⁶⁹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer, Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007.

⁷⁰ O tempo aqui não é aquele no qual ocorre a ficção, mas as condições históricas de produção da obra.

⁷¹ CANDIDO, Antonio. A personagem do Romance. In.: _____. **A personagem de ficção**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

A obra literária possibilita “a avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes no seio de uma determinada estrutura social”. Ao trabalhar com esse espaço fronteiriço, entre a história e a literatura, Nicolau Sevcenko sugere que:

A exigência metodológica que se faz (...) é de que se preserve toda a riqueza estética e comunicativa do texto literário, cuidando igualmente para que a produção discursiva não perca o conjunto de significados na sua dimensão social (...) a literatura mais do que testemunho da sociedade, ela deve trazer em si revelação dos seus focos mais candentes de tensão e mágoa dos aflitos.
72

No decorrer dos estudos literários, a relação literatura e sociedade foi considerada sob várias perspectivas e dimensões. De forma sucinta, podemos elencar pelo menos duas tendências influentes: uma tendência em que o *status* artístico da obra é reconhecido tendo em vista o que ela configura da realidade, ou seja, a realidade é algo exterior à obra e ela a espelha; e outra tendência em que a obra faz parte do social, ou seja, constitui e é constituída por esse. Sobre a primeira tendência, a teoria do reflexo, que pode ser dividida em três percepções, a primeira, mecânica e objetivista, considera a arte um reflexo imediato do mundo objetivo. Uma segunda interpretação, dentro da teoria do reflexo, entende a arte como um reflexo não do mundo aparente, mas da realidade que se esconde por trás das aparências. A terceira interpretação, subjetivista, considera a arte o reflexo do mundo como ele é sentido pela mente do artista.

A teoria da mediação, inserida na segunda tendência de estudos literários, segundo Raymond Willians em seu livro *Cultura*⁷³, tem três ênfases básicas: nas condições sociais da arte no sentido estético e psicológico; no material social e nas obras de arte, levando em consideração fatos e estrutura; e nas relações sociais da arte, ou seja, as ligações entre elementos sociais e as estruturas de produção. De forma geral, na teoria da mediação, a literatura é compreendida como um produto da realidade e concomitantemente como produtora da sociedade, configura-se numa forma de pensar e problematizar o mundo, a mediação seria esse processo em que a realidade social é transformada em arte.

Essa teoria da mediação tem fundamento numa percepção dialético materialista da realidade, a literatura é entendida como produto do trabalho humano, um produto que contém em si as visões de mundo coletivas de determinados grupos sociais, ao mesmo tempo em que, dialeticamente, são construtoras dessas mesmas experiências vivenciadas.

⁷² SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.p. 20.

⁷³ WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Em *Literatura e sociedade*⁷⁴, Antônio Candido, ao historicizar o uso da literatura como fonte histórica, apresenta três aspectos o uso da literatura junto a outras fontes históricas, buscando um sentido de comprovação ou ilustração dos conhecimentos históricos produzidos, de modo que tanto o autor como a obra literária não são o foco; estudos que fazem da própria obra o seu objeto, podendo tratar de movimentos literários, instituições de produção literária ou das redes de sociabilidade na qual obra e autor estão envolvidas, além da posição e função social do escritor, procurando relações entre sua posição e a natureza de sua produção literária, ambas com a organização da sociedade.

Investigar da função política das obras e dos autores; investigação hipotética das origens, buscando uma essência particular; e uma terceira forma, dialética, que compreende as duas anteriores, o sentido dialético é conferido por conceber forma e conteúdo literário como duas partes indissociáveis na interpretação da obra. Partindo da premissa de que o mundo social se transforma em forma literária, segundo as palavras de Cândido:

O externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno.⁷⁵

Ideia compartilhada por Theodor Adorno que concebe a forma estética como conteúdo sócio-histórico sedimentado, em *Teoria estética*, essa percepção se faz clara:

Tudo o que aparece na obra de arte é virtualmente conteúdo tal como forma, ao passo que esta permanece, no entanto, o meio de definição do que aparece e o conteúdo permanece o que se define a si mesmo.⁷⁶

Ambos entendem a forma literária como materialização das contradições da sociedade, e, assim sendo, decifrá-la equivale a capturar a *estrutura de sentimento* de um tempo.

A literatura é “por natureza” o campo de estudos dos literatos, e a entrada do historiador profana em muitos sentidos o que está colocado nesse campo de conhecimento. Essa profanação, que é própria da atuação do historiador, ocorre, pois a literatura, e as artes como um todo, sofreram um processo de idealização e abstração do plano material. Um processo de negação da arte como produto do trabalho humano. Essa ideia de arte apartada do mundo é datada historicamente: é um conceito moderno surgido com advento do capitalismo, tem como conjuntura fundadora a Revolução Francesa, a Revolução Industrial e a ascensão da

⁷⁴ CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 10.ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2008.

⁷⁵ CANDIDO, Antônio. Crítica e sociologia. In.: _____ **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006.

⁷⁶ ADORNO, Theodor W. **Teoria estética**. São Paulo: M. Fontes, 1970. p. 167.

burguesia, e a nova realidade que, então, estabeleceu-se, em que tudo passa a ter preço, a ser mercadoria. Os românticos, numa ação de negação dessa realidade, passam a caracterizar a arte de abstração.⁷⁷

O historiador, principalmente se tratando da história social, mas no seu ofício como um todo, desmistifica essa ideia de imaterialidade que se tem atribuído à literatura ao longo de tempos. Obviamente, não apenas esse campo de estudo o faz, nos próprios estudos literários existe esse movimento, tomando como exemplo Antonio Candido. No caso da história social da cultura, essa é tributária dos paradigmas iniciados pelos primeiros *Annales*. Os horizontes epistemológicos da história são ampliados, assim como os diálogos com outros saberes e outras áreas do conhecimento, e mais fortemente com a literatura. Como exemplo tomemos Edward Palmer Thompson, em sua obra “*Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*” em que articula diversas fontes, entre elas o texto literário – em suas formas distintas – para fazer conhecer os rituais dos camponeses e grupos populares ingleses, o seu cotidiano e o que chamou de “cultura popular tradicional”.

Por história social, compreende-se a história como o estudo da experiência humana no tempo⁷⁸, concepção que permite entender que a história estuda a vida de todos os homens e mulheres, com a preocupação de recuperar o sentido de experiências individuais e coletivas. Há um movimento de repensar a relação do historiador com o passado, para entender essa nova lógica que se estabelece, a exemplo de Hayden White, um crítico literário estadunidense que faz uma disjunção entre a história e a verdade, que é ilustrado pelo seguinte texto: “(...) o historiador contemporâneo precisa estabelecer o valor do estudo do passado, não como um fim em si, mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução dos problemas peculiares ao nosso tempo”.⁷⁹

No Brasil, a literatura tomou grande importância nos estudos de compreensão da formação da sociedade brasileira. Candido, em 1950, afirmara que “diferentemente do que sucede em outros países, a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central para da vida do espírito”.⁸⁰

⁷⁷ Para compreender as transformações no conceito de literatura e seu emprego atual, ler: Williams, Raymond. *Literatura*. In.: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

⁷⁸ THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁷⁹ WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 53.

⁸⁰ CANDIDO, Antonio. *Literatura e cultura de 1900 a 1945: panorama para estrangeiros*. In.: _____. **Literatura e sociedade: estudo de teoria e história literária**. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

Tratar a obra literária como um documento, essa é a proposição colocada por Chalhoub, na introdução de *História Contada*⁸¹. Numa crítica aguda ao esteticismo⁸² materializado no discurso de intertextualidade, propõe a profanação da literatura, historicizando-a, o que se trata de um pressuposto materialista de análise, uma busca da totalidade, categoria central na dialética marxista.⁸³

2.1 ENTRE SEVCENKO E CHALHOUB: A “PROFANAÇÃO” TOTAL DA LITERATURA

Em sua obra *Literatura como missão*, Nicolau Sevcenko argumenta que, às mudanças entre os séculos XIX e XX, os fenômenos históricos reproduziram-se no campo das letras trazendo consigo modos originais de observar, sentir, compreender, nomear e exprimir a realidade. Essa literatura era fruto das transformações e estava dedicada a refletir sobre elas, a alcançar o seu controle. Os textos artísticos são, aqui, considerados termômetros da mudança de mentalidade e sensibilidade.

Nicolau Sevcenko crê que se lê a história simultaneamente ao ato de ler-se a literatura, e, entre o Romantismo e o Realismo, está a diferença do meramente decorativo para o imediatamente utilitário, as diferenças aqui apresentadas na constituição do mesmo tema testemunham a mudança profunda de quadros mentais traduzidos em linguagem literária. O ponto de intersecção mais evidente entre a história, a literatura e a sociedade está na figura do escritor; assim, produzir literatura criativa é encarado como um gesto de inconformismo, é um ato fundador que nomeia situações e elementos imprevistos e lança-os na cena de embates. A literatura consegue amalgamar todo o material heterogêneo, pois, apesar de uma composição solidária, entre grupos sociais diversos, não poderiam deixar de existir ambiguidades. Essas ambiguidades, essas contradições, são testemunhos históricos, possíveis somente pelo exercício literário.

⁸¹ *História Contada*, organizada por Sidney Chalhoub e Leonardo Miranda, que pretende ser, como assinala o subtítulo, uma *história social* de nossa literatura.

⁸² O esteticismo é a proclamação da autossuficiência da arte e sua independência de qualquer outro valor, seja ele moral, religioso, político ou social. A elevação da forma como único critério de valor.

⁸³ Essa categoria é definida por Lukács no livro *Existencialismo ou marxismo*, em que coloca que “a categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas”. As condições de produção de toda sociedade formam um todo, cultura, economia, política estão imbricadas e devem ser consideradas. LUKÁCS, György. *Existencialismo ou marxismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

Outros efeitos decorrem ainda desse poder alegórico da literatura. Todo discurso criativo assinala um ato fundador, na medida em que nomeia situações e elementos imprevistos, conferindo-lhes existência e lançando-os na luta por um espaço e uma posição, no interior das hierarquias que encerram as palavras encarregadas de dizer o mundo reconhecido e compreendido. Produzir literatura criativa é um gesto de inconformismo.⁸⁴

Há, na obra de Sevcenko, um elemento de inconsistência, de contradição entre o sublime inatingível e o material, a literatura se apresenta aqui, como propositiva de projetos sociais, há nos escritores certa liberdade condicional de criação, pois eles falam do mundo que deveria vir a ser, estão para além da realidade vivenciada cotidianamente. A literatura como reafirmação de uma criatividade humana ante as formas repressivas e mecânicas da nova ordem social, do capitalismo e do capital industrial. Sevcenko carrega em si muito de uma percepção romântica da literatura, ela é testemunha da realidade, mas não pode ser considerada produto direto de sua sociedade, a escolha da abordagem teórica de Sevcenko é o de muitos outros, e coloca a insistência em negar a materialidade da produção cultural, o desejo de que a natureza humana seja responsável pelas produções artísticas.

Pensando, não de forma dicotômica, mas sem ilusões românticas, Sidney Chalhoub também considera a literatura um testemunho histórico, sem cair na armadilha da teoria do reflexo ou compreensões que, por testemunho, tomem um compromisso de total verossimilhança com a realidade vivenciada. A literatura, enquanto testemunho histórico, é uma fonte tal qual um mapa, um jornal, uma ata. Embora tenha suas peculiaridades.

Por meio de um pressuposto materialista de análise, objetiva historicizar a obra literária, pensar suas condições de produção: entender as intenções do escritor, buscando a lógica social do texto produzido; investigar as redes de interlocução na qual autor e obra literária estão inseridos. Questões que inserem a literatura num contexto espacial e temporal, impedindo qualquer possibilidade de compreensão da produção literária como abstração artística. Trata-se de uma profanação total, desconsiderando e desrespeitando totalmente a possível atemporalidade ou imaterialidade da produção literária, inserindo-a num processo histórico determinado, em um tempo e lugar, pois “são acontecimentos datados, historicamente condicionados, valem pelo que expressam aos contemporâneos”.⁸⁵

Graciliano Ramos se preocupou em pensar e escrever sobre o romance brasileiro, entre alguns dos textos estão “O fator econômico no romance brasileiro”, de 1945, e “Decadência

⁸⁴ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.247.

⁸⁵ CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. Apresentação. In.: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Org.). **A história contada: capítulos de História social da Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

do romance brasileiro”, em 1946, ali está exposta sua visão marxista da arte, os textos são de tempos quando Graciliano Ramos já estava filiado ao Partido Comunista Brasileiro, mas longe de aderir ao “realismo socialista”, sua filiação teórica ao marxismo antecede os contatos com o Partido.

Atribui a decadência do romance dos anos de 1940 ao fato dos escritores terem abandonado a escrita do que realmente conhecem, de suas vivências, muitos desses haviam, nos anos de 1930, participado de uma narrativa comprometida, mas como apresenta Graciliano Ramos:

Há os que principiaram descrevendo coisas que viram e acabaram descrevendo coisas que não viram. Criaturas inteligentes e inquietas não confiaram nos seus sentidos e entrara, resolutamente a delirar. As suas personagens, vagas, absurdas, não comem, não bebem, não sentem as necessidades comuns dos viventes ordinários: mexem-se, ou antes estão paradas num ambiente de sonho, procedem como loucos, falam como loucos.⁸⁶

Por escolherem temas que não correspondem a suas realidades, mantêm-se alheios à representação dos fatores econômicos, esses “fatores econômicos” não são números ou estatísticas, mas a busca por desnudar as relações sociais e históricas nas quais se desenrolam os romances, elementos que conferem a verossimilhança do romance. Nos romances nos 40, na percepção de Graciliano Ramos, ninguém tem que “ganhar a vida” ou a labuta da maioria que a ganha não parece ter importância, como se a base material da vida não fosse assunto adequado à literatura e devesse estar, por definição, fora da alçada do romancista, ou ensejasse uma ordem de problemas “impuros” demais para merecerem tratamento literário. Encobertar essas relações resulta em representações dos homens como produtos da fatalidade, do acaso ou determinismo, elementos que Graciliano rechaça em toda a sua produção literária.

⁸⁶ RAMOS, Graciliano. Decadência do romance brasileiro. *Literatura*, Rio de Janeiro, ano. I, n. 1, set. 1946.p.94.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA EXPERIÊNCIA UTÓPICA NO ROMANCE DE 30

*A obrigação do romancista não é condenar nem perdoar a malvadez: é analisá-la, explicá-la. Sem ódios, sem ideias preconcebidas, que não somos moralistas.*⁸⁷

Graciliano Ramos

Ao discutir o lugar do romance de 30 e pensar o panorama no qual se encontravam os artistas desse período, Luís Bueno traz o seguinte comentário:

Olhar para o presente é ver um cenário não muito agradável – que salta aos olhos é o atraso e a exclusão que a modernização já implementada não consegue cobrir. Daí nasce aquela pré-consciência do subdesenvolvimento, ou seja, o início da percepção de que o presente não se modificará sem que algo se modifique na própria estrutura das relações sociais.⁸⁸

Diferente dos modernistas dos anos 20, com essa nova percepção da realidade brasileira, os artistas de 30 vão defender um projeto unificado e comum, estão cindidos, bifurcados entre os escritores de romances sociais com suas filiações de esquerda e levando a bandeira de crítica social; e, em outro caminho, os escritores de romances psicológicos com caráter religioso e filiações de direita, levantando questões existencialistas, intimistas; os que se voltam para temas metafísicos, obscuros, místicos, não dialogam em espaços como revistas e institutos como os modernistas dos anos 20, estão atomizados. Estão mergulhados na realidade, refutando as percepções utópicas do presente, marca dos modernistas.

O mal estar instalado na sociedade pela conjuntura da contestação do modelo capitalista liberal estadunidense com a crise de 1929, somada à iminência da guerra, ao presente tomado pelas experiências dos fascismos e do nazismo, tornam a possibilidade de mudança do presente algo distante, a realidade só poderia ser transformada por uma revolução social. É essa nova realidade que dá sentido em falar que o romance de 30 se construirá como uma arte *pós-utópica*, quando comparada aos modernistas de 1920 que viam o Brasil como um país novo, caminhando lado a lado com a modernidade, um projeto que nasce em São Paulo, em franco desenvolvimento industrial, e alimenta a ideia de uma utopia no tempo presente.

Isso não significa dizer que no romance de 30 o mundo não é passível de transformação, a transformação está colocada como uma necessidade, contudo a sua chegada

⁸⁷ RAMOS, Graciliano. O fator econômico no romance brasileiro. In.: _____. **Linha Tortas**. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.252.

⁸⁸ BUENO, Luís. **Uma História do Romance de 30**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006. p. 68.

é incerta, não está presente nos romances, é postergada para um momento outro, distante, diante da realidade na qual se encontram. Não há, assim, uma projeção do futuro transformado, mas o seu adiamento por tempo indeterminado.

Infância é publicada em 1945, o que aparentemente a exclui dos romances de 30, mas, ao considerar suas características específicas de produção – como o fato de que tem a maior parte de sua produção realizada na década de 1930 e o fato de que a *estrutura de sentimento* nela envolta é a mesma dos romances de 30, já discutida anteriormente – a datação específica torna-se secundária, o romance de 30 é um movimento que vai além da década de 1930, ocupa os anos 30 todos e passa até o fim da II Guerra Mundial.

Essa obra foi, ao longo do tempo, interpretada a partir de questões muito próximas: violência, medo, ressentimento. De forma contrária, neste trabalho, a conclusão a que se chegou é que está contida ali uma visão esperançosa do homem que é também a de toda a geração da vertente de crítica social do romance de 30. A utopia aqui não está materializada na forma do gênero literário, que consiste em uma narrativa sobre uma sociedade perfeita e feliz e um discurso político de exposição sobre uma cidade ou lugar justo.⁸⁹

A utopia a que se refere dialoga com a nova definição de utopia surgida ao final do século XIX, proposta por Marilena Chauí:

Em contrapartida, quando passamos ao século XIX, a utopia deixa de ser um jogo intelectual para tornar-se um projeto político, no qual o possível está inscrito na história. Esta deixa de ser a narrativa de grandes feitos e de acontecimentos contingentes para ser concebida como ciência do encadeamento causal necessário dos fatos e das instituições humanas. Agora, a utopia é deduzida de teorias sociais e científicas, sua chegada é tida como inevitável porque a marcha da história e o conhecimento de suas leis universais garantem que ela se realizará. Deixa de ser obra literária para tornar-se prática organizada, passando a ser encarada pelos poderes vigentes como perigo real e a ser censurada como loucura.⁹⁰

Não se trata, então, de um lugar, mas de crenças baseadas em teorias sociais que se convertem em projeto político, em possibilidades existentes no tempo presente. E é esse sentido que está presente em *Infância*, o autor Graciliano Ramos é crítico e empenhado das falhas e mazelas da sociedade brasileira, mas nessa obra o narrador personagem é extremamente empático com os personagens que constituem a narrativa. As dores e angústias dos seres que rememora e recria na narrativa ficcional e autobiográfica estão expostas

⁸⁹ CHAÚÍ, Marilena. Notas sobre Utopia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 60, n. spe1, p. 7-12, 2008. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252008000500003&script=sci_arttext>. 29 de maio. 2014.

⁹⁰ CHAÚÍ, Marilena. op. cit., p. 11.

havendo um movimento no sentido de buscar compreender as ações das personagens, uma tentativa de humanizá-las diante do cenário desumanizador no qual estão fatalmente inseridas.

Em sua análise da obra de Graciliano Ramos, Antonio Candido expressa a presença dessa característica nos textos analisados:

Nesse escritor cuja obra revela visão pessimista e não raro sórdida do homem, vemos a necessidade de reequilibrar-se pela crença racional, construída, na melhoria do homem – porque havia nele reservas profundas de solidariedade.⁹¹

Um exercício da compreensão do Outro, que foge às desilusões do presente, longe da acomodação com a realidade aparente e, para além da busca de compreensão dessa sociedade corrompida e violenta, há a presença de outra possibilidade. À personagem central, por exemplo, é permitida a saída desse ciclo de violência e opressão, por meio da educação e, para além dela, do letramento, que possibilita o acesso à literatura, permitindo-lhe construir outra realidade, dando-lhe um futuro no tempo presente. Trata-se de uma utopia possível em meio às desilusões vivenciadas e que não é dependente da transformação social completa, embora não possa ser de todo efetiva sem essa transformação.

Este trabalho não buscou, porém, esgotar as interpretações possíveis a partir da obra escolhida, tão menos refutar toda a produção existente até o momento, trata-se de uma contribuição, com outro olhar, sobre um autor e um livro tão amplamente debatidos.⁹² Algumas questões ficam em aberto, como a da editora “José Olympio” enquanto espaço de sociabilidade dos escritores desse período; esse olhar sobre o Outro característico do romance de 30 e no qual Graciliano Ramos irá se destacar por abarcar elementos que compreendem as duas tendências do romance de 30, do romance social-regional e do romance psicológico, perante os quais assume o Outro como diferente de si para entendê-lo, diferenciando-se dos críticos sociais que se aliaram ao projeto de um realismo socialista disseminado pelo Partido Comunista que, ironicamente, mantinha o mesmo posicionamento dos modernistas utópicos, de “dar voz ao povo”, conferindo aos intelectuais daquele período a tarefa de arautos dos explorados incapazes de se expressar.

⁹¹ CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão**. São Paulo: Ed. 34, 1992.p. 62.

⁹²Existem alguns estudos específicos sobre a obra *Infância*, como o livro *O Mandacaru e a Flor: a autobiografia Infância e os modos de ser de Graciliano*, de Regina Fátima de Almeida Conrado, focado no estudo da ironia e da memorialística; em *A escrita do eu* de Eliane Zagury; *Literatura em campo minado: a metalinguagem em Graciliano Ramos e a tradição literária brasileira* de Marcelo Magalhães Bulhões; *A infância de Graciliano Ramos* de Audálio Dantas; *A infância do velho Graciliano: memórias em letras de Formade* Tânia Regina de Souza e em vários artigos e dissertações sobre literatura, memória, autobiografia, violência e história.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Hermenegildo José. Destroços da modernidade. In: **Dossiê Cult, literatura brasileira**: Machado de Assis, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. São Paulo: Ed. Bregantini, 2004.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In.: _____. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 222-232.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- BUENO, Luís. Nação. Nações: Os modernistas e a geração de 30. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 7, p. 83-97, 2004. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/49789/53893>>. Acesso em: 14 de abril 2014.
- BURK, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
- CANDIDO, Antonio. A personagem do Romance. In.: _____. **A personagem de ficção**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão**: ensaios sobre Graciliano Ramos. 3.ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e historia literária. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma Introdução à História**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A história contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Literatura e humanismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FELIPPE, Renata Farias de. **Infância**: o mito sob a ótica da negatividade. 2003. 113 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em:
<<http://www.tede.ufsc.br/teses/PLTB0121.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2013.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GHIRALDELLI Junior, Paulo. **Virada Lingüística** – um verbete. Disponível em
<<http://ghiraldelli.files.wordpress.com/2008/07/virada.pdf>> Acesso em: 19 fev. 2014.
- LUKÁCS, György. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer, Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MORAES, Denis de. **O velho Graça**: uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boitempo, 2012.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EDUSP, 1974.

PAIVA, Vanilda. Um século de educação republicana. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 7-18, jul. 1990. Disponível em: <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/2-artigo-paivav.pdf>>. Acesso em: 24 de abril 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; DIMAS, Antonio; LEENHARDT, Jacques. (Orgs.). **Reinventar o Brasil**: Gilberto Freyre entre história e ficção. Porto Alegre/São Paulo: UFRGS/USP, 2006. p. 161.

RAMOS, Graciliano. **Infância**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 1977.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 20.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIAS Filho, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16520.pdf>>. Acesso em: 24 de abril. 2014

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.p. 53.

WILLIAMS, Raymond. **A Política e as letras**: entrevistas da 'New leftreview'. São Paulo: Unesp, 2013.

WILLIAMS, Raymod. Literatura. In.: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.